



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

JOSÉ JORGE LOPES XAVIER JÚNIOR

ALÉM DOS LIMITES DA ESCOLA: EXPLORANDO O IMPACTO DO PROERD
SOBRE A CRIMINALIDADE LOCAL

JOÃO PESSOA - PB

2024

JOSÉ JORGE LOPES XAVIER JÚNIOR

ALÉM DOS LIMITES DA ESCOLA: EXPLORANDO O IMPACTO DO PROERD SOBRE A
CRIMINALIDADE LOCAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Setor Público do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Economia do Setor Público.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Vinícius Barros
Barbosa

JOÃO PESSOA - PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

X3a Xavier Júnior, José Jorge Lopes.
Além dos limites da escola : explorando o impacto do Proerd sobre a criminalidade local / José Jorge Lopes Xavier Júnior. - João Pessoa, 2024.
43 f. : il.

Orientação: Antonio Vinícius Barros Barbosa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Economia - Setor público. 2. Proerd - Avaliação.
3. Escolas - Criminalidade. 4. Crimes violentos patrimoniais. I. Barbosa, Antonio Vinícius Barros. II. Título.

UFPB/BC CDU 336.13(043)

JOSÉ JORGE LOPES XAVIER JÚNIOR

ALÉM DOS LIMITES DA ESCOLA: EXPLORANDO O IMPACTO DO PROERD SOBRE A
CRIMINALIDADE LOCAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Setor Público do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Economia do Setor Público.

Aprovada em: 18 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Vinícius Barros Barbosa (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Jorge Henrique Norões Viana
Universidade Federal Da Paraíba

Prof. Dr. Dieison Lenon Casagrande
Universidade Federal de Santa Maria

Dedico este trabalho aos “Proerdianos”, verdadeiros agentes de transformação em nossa sociedade. Profissionais que vão muito além do ensino: inspiram, orientam e fortalecem os jovens, suas famílias e as comunidades.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação é resultado de um processo que não teria sido possível sem o apoio, orientação e incentivo de muitas pessoas e instituições, às quais expresso aqui minha mais profunda gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, alicerce da minha vida, Soberano fiel que nos sustenta em todos os momentos.

Agradeço ao Prof. Dr. Antonio Vinícius Barros Barbosa, pela orientação incansável, pelas críticas construtivas e por acreditar em meu potencial. Seu conhecimento e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Robson Oliveira Lima, pela contribuição indispensável para a realização desta pesquisa.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público, pelo ambiente acadêmico enriquecedor e pelas discussões que contribuíram para ampliar minha visão sobre o tema.

Agradeço à minha esposa, Erika dos Santos Xavier e meus filhos (Juliana, Luana e Emanuel), pelo amor incondicional, paciência e compreensão em todos os momentos desafiadores desta trajetória. Vocês foram meu porto seguro e minha maior motivação.

Aos meus amigos, Márcio Sueth, Fábio Lira, Eudes Toscano, Pedro Furuyama e Adriano Buriti que, com palavras de incentivo e apoio, estiveram ao meu lado, mesmo nas fases mais difíceis. Suas presenças fez toda a diferença.

Por fim, dedico um agradecimento especial aos participantes e colaboradores que contribuíram diretamente com a realização desta pesquisa, oferecendo tempo, dados e insights essenciais para este estudo.

A todos vocês, meu sincero reconhecimento e gratidão..

*“Ensina a criança no caminho em que deve andar,
e, ainda quando for velho, não se desviará dele”*

(Provérbios 22:6)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar os efeitos potenciais do Programa de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) na redução da criminalidade nas proximidades das escolas beneficiadas em João Pessoa, Paraíba. Utilizando dados georreferenciados fornecidos pela Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba e Polícia Militar da Paraíba, busca-se analisar o impacto dessas intervenções na redução da violência e seus efeitos indiretos no desempenho acadêmico dos alunos. A base de dados inclui informações administrativas das atividades realizadas nas escolas participantes do Programa e da ocorrência precisa de crimes violentos patrimoniais (CVP) na capital entre 2015 e 2020. A estratégia empírica consiste em comparar a incidência de CVP dentro de uma área de influência, definida pelas escolas que receberam a intervenção do Proerd, em comparação às localidades fora do perímetro de influência. Para estimar o impacto do Proerd, adota-se o método de diferença-em-diferenças comparando grids dentro de um raio de 0,5 km das escolas com grids situados entre 0,5 km e 1 km. Os resultados demonstram que a atuação do Proerd reduziu os Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) em 15,03% nas áreas tratadas em João Pessoa, com impactos mais acentuados em dias úteis (15,78%) e no período noturno (14,38%). O programa mostrou maior eficácia em crimes contra a pessoa (13,33%) e estabelecimentos comerciais (7,96%), reforçando a importância de intervenções preventivas que integrem ações educativas e policiamento comunitário na promoção da segurança pública.

Palavras-chave: Proerd. Escolas. Crimes Violentos Patrimoniais.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the potential effects of the Programa de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) in reducing crime in the vicinity of the benefited schools in João Pessoa, Paraíba. Using georeferenced data provided by the Secretaria da Segurança e da Defesa Social and the Polícia Militar da Paraíba, the aim is to analyze the impact of these interventions on reducing violence and their indirect effects on students' academic performance. The database includes administrative information on the activities carried out in schools participating in the Program and the precise occurrence of violent property crimes (VPC) in the Capital between 2015 and 2020. The empirical strategy consists of comparing the incidence of VPC within an area of influence, defined by the schools that received the Proerd intervention, in comparison to locations outside the perimeter of influence. To estimate the impact of Proerd, it is adopted the difference-in-differences method, comparing grids within a 0.5 km radius of schools with grids located between 0.5 and 1 km. Results show that Proerd's actions reduced Violent Property Crimes (VPC) by up to 15.03% in the observed areas in João Pessoa, with more pronounced impacts on weekdays (15.78%) and at night (14.38%). The program showed greater effectiveness in crimes against people (13.33%) and commercial establishments (7.96%), reinforcing the importance of preventive interventions that integrate educational actions and community policing in promoting public safety.

Keywords: Proerd. Schools. Violent Property Crimes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Crimes Violentos Patrimoniais por categoria	25
Figura 2 – Representação espacial de João Pessoa em grids	28
Figura 3 – Efeito do Proerd sobre crimes totais	32
Figura 4 – Efeito do Proerd sobre crimes totais de acordo com o período do dia . .	35
Figura 5 – Efeito do Proerd sobre crimes totais de acordo dia da semana	36
Figura 6 – Incidência de CVP por períodos	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados da atuação do Proerd - João Pessoa-PB	23
Tabela 2 – Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) - João Pessoa-PB	25
Tabela 3 – Efeitos do Proerd em João Pessoa, por categoria de CVP	30
Tabela 4 – Efeitos do Proerd em João Pessoa, por período	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
3	BACKGROUND INSTITUCIONAL	21
4	METODOLOGIA	23
4.1	DADOS	23
4.2	ESTRATÉGIA EMPÍRICA	26
5	RESULTADOS	30
5.1	RESULTADOS PRINCIPAIS	30
5.2	HETEROGENEIDADE	32
6	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade é um problema que tem afetado milhões de pessoas ao redor do mundo, com maior prevalência em países em desenvolvimento. De acordo com a United Nations Office on Drugs and Crime, UNODC (2023), a média global de homicídios atingiu a taxa de 5,8 para cada 100 mil habitantes em 2021. Os países da OCDE apresentam taxa média de homicídios de 2,6¹ para cada 100 mil habitantes, o que representa apenas 45% da média global.

O Brasil tem enfrentado desafios significativos de segurança pública, como altas taxas de crimes violentos letais e intencionais, tráfico de drogas, superlotação carcerária e violência urbana (Procópio; Toyoshima, 2017; Júnior; Jacob, 2024; Pessi; Giardin, 2023). De acordo com o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o país registrou 47.398 mortes violentas intencionais (MVI) em 2022, o que corresponde ao percentual de 10,4% dos homicídios mundiais. Neste aspecto, o Brasil possui taxa de 23,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, aproximadamente quatro vezes a média global. Isto coloca o Brasil na 11ª posição mundial entre os países mais violentos do mundo. Para Cerqueira (2014), os homicídios no Brasil são consumados em consequência de conflitos interpessoais, interesses econômicos, na prática de latrocínios ou nas ações relacionadas ao tráfico de drogas.

Em relação à violência nas escolas, o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) esclarece que, em pelo menos 1,7% das escolas brasileiras, existem ocorrências de confrontos armados ou projéteis dispersos. Enquanto 0,9% delas precisaram interromper o calendário letivo de 2021 devido a episódios de violência. No Rio de Janeiro, 13,5% das escolas enfrentam confrontos armados, quase oito vezes acima da média nacional de 1,7%, expondo estudantes ao risco do fogo cruzado entre policiais e criminosos.

A violência simbólica e psicológica também é uma realidade alarmante nas escolas brasileiras, indo além das agressões físicas. Dados da Prova Brasil, aplicada pelo Ministério da Educação (MEC), revelam que 15,5% dos diretores de escolas relatam ter presenciado episódios de discriminação contra membros da comunidade escolar, como exclusão social e práticas de bullying, afetando gravemente o ambiente escolar e o bem-estar dos estudantes (Teixeira; Kassouf, 2015; Silva; Negreiros, 2020; Montenegro *et al.*, 2021; Gomes; Santos, 2023; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

No Brasil, 70,2% das escolas de ensino fundamental e médio têm projetos de prevenção ao bullying, e 55,7% desenvolvem iniciativas sobre violência. Esses dados refletem

¹ Para mais informações, acessar <https://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/safety/>

a importância de enfrentar o problema da violência escolar de forma mais ampla, além da abordagem policial. Como parte das comunidades em que estão inseridas, as escolas refletem e podem intensificar as tensões locais, o que ressalta a necessidade de estratégias integradas e de uma cultura de paz para melhorar o ambiente escolar (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

A percepção de segurança pública brasileira ainda está fortemente associada a uma postura de enfrentamento e repressão contra aqueles considerados inimigos da convivência social, utilizando para isso os recursos disponíveis, como as forças policiais e o sistema de justiça criminal. Essa visão é muitas vezes vista como fruto de um enfoque punitivo e repressor (Magalhães; Sabatine, 2012). Contudo, para Anjos, Vieira e Almeida (2017) existem outras perspectivas que sugerem que a atuação do Estado no combate à violência deve ser conduzida de forma racional, considerando fatores sociais, econômicos e demográficos, além de aspectos estruturais.

O estudo de Ervilha e Lima (2019) sobre a criminalidade em 853 municípios de Minas Gerais entre os anos 2000 e 2014 indica que o combate à criminalidade não deve ser isolado, mas sim integrado com outras políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a educação e assistência social. Os autores ressaltam a importância de levar em conta a faixa etária e a vulnerabilidade socioeconômica da população ao formular estratégias de segurança, sugerindo que esses fatores são determinantes para a eficácia das políticas de combate ao crime.

Becker (1968) infere que, apesar da ilegalidade, o crime pode ser modelado com uma atividade econômica. O autor é um dos precursores da teoria econômica do crime, onde aborda o comportamento criminoso sob uma perspectiva econômica, analisando como os indivíduos avaliam custos e benefícios ao decidir cometer um crime. Becker (1968) introduziu a ideia de que os agentes agem racionalmente ao decidir se envolver em atividades criminosas, considerando fatores como as probabilidades de serem pegos, os custos associados à punição e os benefícios esperados do crime.

A motivação deste trabalho de pesquisa está relacionada com o estudo da criminalidade entre os jovens e adolescentes, pois como esclarece Soares, Schmidt e Moraes (2023) eles, por falta de oportunidades e influência de fatores externos, tais como pobreza, falta de educação básica, desemprego, exposição a violência e as drogas, estão se envolvendo cada vez mais cedo com as atividades criminosas. O número de jovens infratores entre 12 e 18 anos aumentou significativamente na última década, culminando em mais de 300 mil casos registrados em 2019, com maior incidência para os crimes de furto e tráfico de drogas (Soares; Schmidt; Moraes,

2023). Neste sentido, diversos programas e políticas têm sido implementados para mitigar fatores de risco associados aos jovens, embasados na prevenção, e não somente na punição.

Como políticas de prevenção à criminalidade e redução dos fatores de riscos direcionados aos jovens e adolescentes, o Governo Brasileiro implementou ao longo dos anos vários programas e políticas públicas. Tais políticas têm como objetivo proporcionar oportunidades e alternativas que afastem jovens e adolescentes do envolvimento com o crime e promovam uma cultura de paz e cidadania. O Projeto Juventude e Prevenção da Violência, por exemplo, promove a integração entre jovens e policiais, visando a prevenção da violência e da criminalidade por meio de atividades esportivas, culturais e educacionais (Brasil, 2010). O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), tem o foco etário e social na população juvenil de 15 a 24 anos, egressos do sistema prisional e pessoa em situação de rua, com a finalidade de redução da criminalidade e da violência através da integração das ações das polícias, investimento em prevenção social e fortalecimento dos sistemas de justiça criminal (Brasil, 2007; Brasil, 2023). O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) visa a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, oferece educação básica, qualificação profissional e apoio psicossocial (Brasil, 2008). Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) oferecem atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, incluindo vítimas de violência e jovens em conflito com a lei. Esses centros desenvolvem ações preventivas e de promoção dos direitos humanos (Brasil, 1993).

Além dos programas mencionados, as Polícias Militares do Brasil desenvolvem o Programa de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd) que é uma política de caráter social e preventivo que busca promover a cultura de paz e prevenir o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes (Rolim; Hermann; Oliveira, 2020).

Na Paraíba, o Proerd é realizado pela Polícia Militar. Os instrutores militares do Programa, com a colaboração dos professores, em sala de aula, de forma preventiva, ostensiva e educacional, aplicam currículos específicos para a Educação Infantil, os 5º e 7º anos do Ensino Fundamental e, o Ensino Médio (Paraíba, 2023). Além da aplicação dos currículos, os instrutores que compõem a Patrulha Proerd realizam visitas comunitárias às unidades de ensino, com o apoio de viaturas policiais devidamente caracterizadas, com o objetivo de identificar situações de risco para a Segurança Pública, que servirão de base para a tomada de decisões colegiadas entre representantes do Comando das Unidades de Polícia Solidária (UPS), comunidade e escola (Paraíba, 2015).

A pesquisa de avaliação do desempenho do Proerd na cidade de João Pessoa justifica-

se, tendo em vista que o programa é uma política do Governo Estadual voltada para a prevenção ao uso de drogas e a violência, caracterizada pela aplicação de currículos específicos nas turmas da educação regular. Este programa em João Pessoa, não possui avaliação de impacto e resultados. Além disso, a nível estadual é o programa que possui base de dados de suas ações, disponível para a avaliação.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, avaliar o impacto do Programa de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd) na criminalidade local da cidade de João Pessoa, no período de 2015 a 2020, através da avaliação dos dados administrativos das escolas atendidas pelo programa e dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP). Em outras palavras, o estudo se concentra em explorar o impacto do Proerd não apenas dentro do ambiente escolar, mas também na sua influência na redução da criminalidade local. Com isso, busca-se investigar como as atividades e estratégias implementadas pelo Proerd se estendem para além dos limites físicos da escola, afetando a taxa de criminalidade na área circundante.

A estratégia empírica consiste em mensurar o padrão de ocorrências dos CVP, classificados nas categorias de roubo a pessoas em via pública, em estabelecimento comercial, em residência e em transporte coletivo, através de georreferenciamento, no momento da aplicação do Proerd e das visitas da Patrulha Proerd, comparando as ocorrências próximas às escolas, no raio de 0,5 km, com escolas equidistantes entre 0,5 e 1,0 km. Após a mensuração do CVP, foi estimado pelo método de diferença-em-diferenças (DID) o impacto da presença do Proerd nas escolas tratadas, para avaliar se houve efeito positivo na redução do CVP nas proximidades. A unidade principal de análise é o grid, uma estrutura espacial regular de 500m x 500m representada no mapa. Em cada grid, o número de ocorrências é contabilizado com base na localização exata (latitude e longitude) para cada período. Grids com centróides situados a até 0,5 km de escolas atendidas pelo Proerd são considerados o grupo tratado, enquanto aqueles entre 0,5 e 1,0 km formam o grupo de comparação.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) apresentou impacto significativo na redução dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP), nas áreas próximas às escolas tratadas em João Pessoa, PB, no período de 2015 a 2020. A análise revelou uma redução média de 16,3% nos CVP totais, com efeitos mais acentuados em dias úteis (17,2%) e no período noturno (15,5%). O impacto foi mais expressivo na redução dos crimes contra a pessoa (14,3%) e contra estabelecimentos comerciais (8,3%), embora tenha sido não significativo em crimes contra residências (1,41%). Esses achados reforçam a relevância de intervenções preventivas que combinam policiamento comunitário e

ações educativas na promoção da segurança pública e no fortalecimento da percepção de proteção em comunidades escolares e seus entornos.

As evidências científicas relacionadas ao impacto social, contribuem para esclarecer se as estratégias implementadas estão alcançando os resultados desejados, visto que a mensuração da eficácia do programa permite entender o seu valor na redução da violência e promoção da paz na Paraíba. A avaliação de impacto fornece uma base objetiva para prestar contas à população, aos financiadores e às partes interessadas sobre o desempenho do programa, bem como, auxilia a gestão governamental na tomada de decisões para futuras estratégias e políticas de segurança pública. Para Almeida e Paula (2014) a avaliação das políticas públicas visa a maximização dos resultados.

O presente estudo está estruturado em mais cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção é apresentada a revisão de literatura. A seção três revela o background institucional, onde esclarece a política pública do programa Proerd. A seção quatro demonstra os dados utilizados na pesquisa, bem como a estratégia empírica. A seção cinco revela os resultados principais e a heterogeneidade. Por fim, na seção seis será exposta a conclusão da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Brasil enfrenta desafios significativos na segurança pública, com altas taxas de criminalidade, tráfico de drogas, superlotação carcerária e violência urbana (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). As questões relacionadas à segurança não refletem apenas as de ordem pública, mas também as que englobam os aspectos sociais, políticos e econômicos ao longo do tempo, como a desigualdade de renda, a proporção de jovens na população, a prevalência de armas de fogo e do consumo de drogas ilícitas (Cerqueira, 2014).

Grogger (1997) analisou os impactos da violência na cidade de Los Angeles sobre a taxa de conclusão do ensino médio e na continuidade dos estudos em nível superior. Com base em dados da pesquisa *High School and Beyond*, evidenciou-se que a violência local exerce influência significativa sobre o desenvolvimento educacional dos alunos. Especificamente, níveis moderados de violência reduzem a probabilidade de conclusão no ensino médio em 5,1%, em média, e diminuem em 6,9% a probabilidade de que um aluno frequente a faculdade. Para o autor, a violência moderada aumentou a taxa de evasão em 24%, enquanto a mais agressiva aumentou o abandono em 27% e reduziu a frequência à universidade em 15,9%.

Em estudo sobre jovens urbanos e suas famílias em Los Angeles, Aizer (2008) revela que bairros com maiores índices de violência também apresentam elevados níveis de desvantagem socioeconômica, caracterizados por maior pobreza, altas taxas de desemprego e baixos níveis de educação.

No Brasil, o estudo de Monteiro e Rocha (2017) explorou como o confronto armado entre gangues nas favelas do Rio de Janeiro afetam o desempenho escolar dos alunos. Através de dados em painel da cidade, os autores analisaram o impacto desses conflitos tanto em estudantes que frequentam escolas dentro das favelas quanto em escolas próximas, a até 250 metros. O resultado mostrou que os alunos expostos a esses confrontos apresentaram notas significativamente mais baixas em testes de matemática, durante os anos em que os tiroteios ocorreram.

O impacto da exposição a homicídios nas proximidades de escolas e residências sobre o desempenho educacional dos estudantes no Brasil, foi explorado por Koppensteiner e Menezes (2021). Com dados detalhados dos indicadores de violência e educação, o estudo mostra que a violência afeta negativamente a frequência escolar, as notas em testes padronizados e aumenta as taxas de abandono escolar. Além disso, a violência reduz as aspirações educacionais, especialmente entre os meninos, que demonstram menor interesse em continuar seus estudos.

Em relação aos crimes patrimoniais, Lopes, Cordeiro e Rezende (2020) analisaram os fatores que possivelmente influenciaram a evolução do número de crimes violentos contra o patrimônio em Minas Gerais. Alicerçados na teoria de Becker (1968), os autores encontraram uma relação positiva entre a taxa de crimes violentos contra o patrimônio e o gasto per capita na área da educação.

Como expresso pelos autores, há uma relação de dependência entre a educação e a criminalidade. A educação é uma ferramenta essencial para combater a violência, pois ataca as suas causas e não apenas suas consequências. A escola, como espaço de formação cidadã, deve promover valores democráticos, críticos e inclusivos, por meio de práticas educacionais dialógicas e respeitadas. A evasão escolar contribui para a criminalidade, com muitos jovens sendo aliciados pelo tráfico de drogas. Os programas de prevenção e inclusão escolar, além de parcerias entre escola, família e comunidade, são a chave para construir uma sociedade mais justa e menos violenta (Santos; Souza, 2021).

Da mesma forma, Silva (2023) examinou o papel essencial da família na prevenção da violência escolar e as ações do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) no Paraná. O autor concluiu que a violência nas escolas é uma questão complexa, influenciada tanto pelo ambiente escolar quanto pelo contexto familiar e social. Através de revisão bibliográfica do tema violência nas escolas, o autor ressaltou que a atuação integrada entre escola, família e segurança pública é essencial para a promoção de um ambiente escolar seguro e saudável. A pesquisa também destacou a importância de programas preventivos que envolvam a participação ativa da família no processo educativo, o que pode reduzir significativamente os comportamentos violentos nas escolas.

Morais, Chaves e Nascimento (2020) avaliaram o Programa Escola da Vida, que tem o foco na inclusão social, através da colaboração entre o Corpo de Bombeiros e a comunidade local. O programa foca na criação de um ambiente seguro para o desenvolvimento dos jovens, através de atividades socioeducativas no estado do Pará, com o objetivo de fortalecer a cidadania e prevenir comportamentos violentos. O autor enfatiza o impacto positivo desse projeto social para reduzir a criminalidade entre jovens em situação de vulnerabilidade. Esse esforço está alinhado com políticas de segurança que promovem a cultura de paz e buscam impedir o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades ilícitas. O modelo de prevenção adotado destaca a importância de ações conjuntas entre diferentes instituições para combater a violência de forma eficaz.

Na avaliação do Programa de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd) no Brasil,

Rolim, Hermann e Oliveira (2020) investigaram a eficácia do programa aplicado em Porto Alegre, em 2015 e 2016. Constataram que a participação do aluno no Proerd não influenciou em diminuição do consumo de drogas, nem no desempenho escolar. Outrossim, Sanchez *et al.* (2021) investigaram a eficácia do programa, em 30 escolas públicas de São Paulo, com alunos do 5º e 7º ano. Os resultados não evidenciaram a eficácia do Proerd como intervenção na prevenção do uso de drogas.

Para Rateke (2006) a eficácia do Proerd é limitada na redução da violência. Embora o programa tenha uma intenção preventiva clara, sua aplicação isolada não tem sido suficiente para gerar uma transformação profunda nos índices de violência e no consumo de drogas nas escolas. A falta de continuidade e integração com outras políticas públicas mais amplas é apontada pela autora como um fator que limita a eficácia do programa.

No campo da avaliação positiva, Cipriani (2020) em pesquisa sobre a legalidade do Proerd, indicou que o programa desempenha de forma eficaz seu papel na prevenção primária, cumprindo seu propósito como política pública ao incentivar os alunos a aplicarem em casa o que aprenderam em sala de aula. Esse impacto não se limita aos participantes diretos, mas também envolve suas famílias e comunidades, promovendo uma conscientização mais ampla sobre prevenção e segurança.

O Proerd amplia o conceito de educação social ao transcender o espaço da sala de aula, promovendo interculturalidade, troca de experiências e fortalecimento da confiança entre instrutor e alunos. Essa interação contribui para que os alunos desenvolvam segurança e autoconfiança, capacitando-os a fazer escolhas responsáveis e a recusar ofertas de drogas, lícitas ou ilícitas. Além disso, a presença de policiais nas escolas reforça a segurança no ambiente escolar, inibindo a aproximação de pessoas mal-intencionadas e reduzindo a possibilidade de oferta de drogas nas proximidades, apenas pela presença de viaturas e agentes (Cipriani, 2020).

Em relação a contribuição do Proerd no ensino regular e construção da cidadania, o programa exerce um papel fundamental na prevenção ao uso de drogas, indo além de métricas quantitativas ao enfatizar sua presença contínua nas escolas. A atuação dos policiais como instrutores fortalece a relação entre a comunidade escolar e a polícia, promovendo uma educação cidadã que sensibiliza os jovens para escolherem uma vida longe das drogas. A constância do programa ao longo de um semestre letivo proporciona um impacto mais duradouro do que o de palestras isoladas, criando vínculos e ampliando os efeitos educativos e preventivos em relação às drogas e à violência (Oliveira *et al.*, 2019).

Outrossim, o consenso sobre o Proerd é positivo entre os professores entrevistados,

das escolas públicas do estado de Mato Grosso, destacando-se como um programa benéfico para o ambiente escolar, de acordo com Oliveira (2018). Os Professores consideram o Proerd de suma importância, pois atua diretamente com alunos na pré-adolescência, fase em que estão mais vulneráveis à influência das drogas. Além disso, o programa capacita os professores, oferecendo-lhes recursos para abordar o tema tanto na vida profissional quanto pessoal. Os entrevistados apontam que o Proerd oferece conhecimento e transformação de conceitos, ao mesmo tempo em que proporciona ferramentas de desenvolvimento social e fortalece a resistência ao uso de drogas entre os participantes.

Na avaliação do Proerd sob o ponto de vista de estratégia didático-pedagógica, Soares (2016) que avaliou o programa durante todo o semestre, aplicado em escola pública da cidade de São Paulo, revelou que, além de adquirir conhecimentos sobre violência e drogas, os alunos participaram de um ambiente motivador. As discussões e reflexões contribuíram para o desenvolvimento do autoconhecimento, promovendo a autonomia intelectual e a construção de valores e princípios, como o respeito ao próximo e a si mesmo. Esse processo foi essencial para o desenvolvimento integral das crianças, reforçando aspectos importantes da formação humana.

3 BACKGROUND INSTITUCIONAL

No cenário de Segurança Pública, com enfoque no combate e prevenção a violência, as Polícias Militares do Brasil, para cumprir sua missão constitucional de ser a Polícia Ostensiva e zelar pela Preservação da Ordem Pública, buscam ações integradas que abordem não apenas a repressão, mas também a prevenção de crimes, levando em consideração os diversos aspectos sociais e econômicos para reduzir a incidência da criminalidade. Neste prisma, com o objetivo de realizar a prevenção ao uso e abuso de drogas e a prática de violência, sobretudo para os jovens e adolescentes, essas corporações militares adotaram, como uma das estratégias, o Programa de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd).

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, é uma derivação do DARE (*Drug Abuse Resistance Education*), criado no ano de 1983, na Cidade de Los Angeles, Estados Unidos da América, que alcançou sucesso na cidade e conquistou sua aprovação. Com base neste projeto piloto, o programa foi instituído em todos os Estados norte-americanos e irradiado para o mundo. O DARE nasceu do esforço coletivo do Departamento de Polícia de Los Angeles e o Distrito Escolar daquela cidade, no intuito de conter o aumento indiscriminado do uso de drogas e a violência (Rateke, 2006; Rolim; Hermann; Oliveira, 2020).

Atualmente, 29² países desenvolvem o programa. No Brasil, o DARE é denominado de Proerd, tendo iniciado suas atividades em 1992 através da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os policiais militares precursores receberam treinamento de policiais do Centro de Treinamento do DARE, de Los Angeles, EUA. No ano seguinte, em 1993, o Proerd foi implementado nas escolas do estado de São Paulo e, posteriormente, para os demais estados do país.

Dado seu público-alvo específico, instrutores do Proerd propõem metodologias diversificadas que incluem arte, dança, palestras, aulas sequenciais com material didático, além de cerimônias de formatura com uniformes e certificados. Esse programa funciona como um eixo transversal dentro da escola, integrado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), que já prevê temas como cidadania, meio ambiente, segurança e direitos humanos em seus projetos e programas. Essa abordagem amplia os tradicionais planos escolares, enriquecendo o processo educativo com conteúdo que promovem conscientização e integração da segurança no ambiente escolar (Santos, 2022).

A estratégia do Proerd é educacional e preventiva, firmada no propósito coletivo da Polícia Militar, dos pais dos alunos e da equipe pedagógica das escolas. O plano educacional

² Para mais informações, acessar <https://dare.org/>

busca a conscientização dos alunos, por meio dos currículos pensados para a Educação Infantil, 5º e 7º anos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e o Proerd para Pais, nas áreas de segurança Pessoal, trânsito, combate ao *bullying*, drogas, tomada de decisões seguras e saudáveis (Paraíba, 2023). O instrutor Proerd submete-se a testes de seleção, avaliação psicossocial e de conhecimentos específicos, e ao ser selecionado, participa do curso de formação que envolve disciplinas de didática, psicologia e drogadição.

Para Santos (2022), O programa promove uma integração entre escola, governo, comunidade e família, envolvendo todos esses grupos na construção conjunta de soluções. Essa abordagem colaborativa é uma forma eficaz de enfrentar a violência tanto dentro quanto fora das escolas. Vale ressaltar que a violência vai além das agressões físicas, abrangendo também formas psicológicas e simbólicas.

A metodologia é desenvolvida nas escolas em 10 (dez) lições, com uma lição aplicada por semana, ministrada por policial militar fardado. O objetivo das aulas é aguçar os sentidos dos alunos, de maneira que eles conheçam o básico sobre drogas e entendam os seus efeitos, bem como as suas consequências, aprendam a lidar com as pressões de forma positiva, com a finalidade de dizerem não às drogas de forma segura. A cultura de paz é fortalecida visando a construção de uma sociedade mais saudável. Na Paraíba, o Programa foi iniciado no ano de 2000, com a formação de somente 251 alunos. Após 23 anos de existência, o Programa totaliza 483.152 crianças e adolescentes que tiveram a oportunidade de participar do curso (Paraíba, 2023).

Em 2015, foi instituída e regulada a Ronda Proerd, por meio de Resolução 005/2015-GCG, (Paraíba, 2015), com o objetivo de realizar visitas solidárias às unidades de ensino públicas e privadas, em viatura policial militar devidamente identificadas, com o intuito de perceber problemas relacionados com a segurança pública, nas proximidades das escolas. Por Decreto Estadual (Paraíba, 2019), a Ronda Proerd foi denominada de Patrulha Proerd, equiparada ao nível de um pelotão, responsável pelas “ações de prevenção à violência, através do policiamento comunitário escolar e das aulas dos currículos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência”.

4 METODOLOGIA

4.1 DADOS

O conjunto de dados empregado na estimativa do efeito do Proerd sobre os crimes violentos patrimoniais resulta da integração de microdados administrativos da Polícia Militar da Paraíba e da Secretaria da Segurança e Defesa Social da Paraíba. Essa base de dados possibilita a identificação da localização exata dos crimes ocorridos no município, bem como a vinculação da presença do programa nas escolas ao longo do tempo. Para a definição do grupo das escolas tratadas, os microdados referentes a atuação do Proerd na cidade de João Pessoa foram extraídos do Sistema de Gestão Educacional da Polícia Militar da Paraíba (SISGE/PMPB), disponibilizado pela Coordenação Estadual do Programa.

Tabela 1 – Dados da atuação do Proerd - João Pessoa-PB

	Escolas atendidas pelo Proerd						
	Estadual	Municipal	Particular	Total	Turmas	Alunos	Instrutores
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
2015	65	66	15	146	574	8178	75
2016	53	100	24	177	862	12861	63
2017	25	165	16	206	1069	23346	66
2018	26	199	32	257	1078	25029	65
2019	38	135	12	185	881	22028	49
2020	3	34	3	40	145	2024	18
2022	75	34	52	161	468	7441	52
2023	16	78	15	109	481	10464	42
Total	301	811	169	1281	5558	112371	430

Notas: Os dados foram obtidos no SISGE/PMPB. Esta tabela registra os dados da atuação do Proerd, por ano, computando o número das escolas atendidas, turmas, alunos e instrutores Proerd.

No SISGE, todas as ações educacionais relativas ao Proerd são registradas, identificando a escola atendida no semestre, as turmas, o número de alunos e os instrutores responsáveis pelas atividades. Em síntese, a Tabela 1 demonstra que, ao longo do período de atuação na

cidade de João Pessoa, PB, 5.558 turmas de 1.281 escolas foram formadas, das quais 23,50% são estaduais, 63,31% municipais e 13,19% particulares, com público-alvo de 112.371 alunos³.

O mapeamento das ocorrências no entorno das escolas tratadas e de controle, foi realizado através da base de dados dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) da cidade de João Pessoa, PB, disponibilizada pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Secretaria da Segurança e Defesa Social da Paraíba (NACE/SESDS), com o georreferenciamento e microdados de cada ocorrência.

Os crimes, no sentido econômico, afirmam Carrera-Fernandez e Maldonado (1999), são classificados em lucrativo e não lucrativo. O grupo lucrativo engloba furto, roubo, extorsão, estelionato e, o não lucrativo contempla homicídio, estupro e tortura. Desta forma, as motivações para o cometimento de crimes contra o patrimônio são diferentes das demais categorias. Os crimes patrimoniais têm como objeto de proteção jurídica o patrimônio de uma pessoa ou entidade, abrangendo ações que resultam na subtração, destruição, ou diminuição dos bens materiais ou direitos econômicos de outrem. Esses crimes incluem, entre outros, o furto, roubo, estelionato, dano e apropriação indébita. A principal característica dos crimes patrimoniais é a intenção de atingir o patrimônio alheio, com ou sem o uso de violência ou ameaça (Fernandes, 2018).

A escolha dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) como referência para a avaliação do impacto do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) fundamenta-se em três aspectos principais. Primeiramente, a disponibilidade de uma base de dados georreferenciada possibilita a representação espacial dos crimes no município, permitindo uma análise precisa da distribuição geográfica das infrações e da incidência criminal nas proximidades das escolas atendidas pelo programa. Além disso, os CVPs representam a maioria absoluta dos delitos registrados na cidade, totalizando 45.038 ocorrências no período analisado, o que reforça a relevância dessa categoria criminal para a investigação do impacto do Proerd. Por fim, há uma relação significativa entre crimes patrimoniais e o consumo de drogas, conforme demonstrado por Fernandes (2018). Em sua pesquisa exploratória e quantitativa com 30 reclusos do Presídio Masculino de Tubarão, SC, constatou-se que 83,33% dos entrevistados eram usuários de drogas. Dentre eles, 56% afirmaram cometer crimes para sustentar o vício, destinando os bens roubados ou furtados diretamente aos pontos de venda de drogas. Além disso, 36,66% estavam envolvidos com o tráfico e 63,63% recebiam produtos ilícitos como pagamento.

³ O Proerd não foi aplicado durante o segundo semestre do ano de 2020 e todo o ano de 2021 em decorrência da pandemia da COVID-19.

Para a análise estatística, o NACE/SEDS classifica os Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) em 4 subcategorias, conforme a tabela 2: CVP a pessoa, em estabelecimento comercial, em residência e em transporte público.

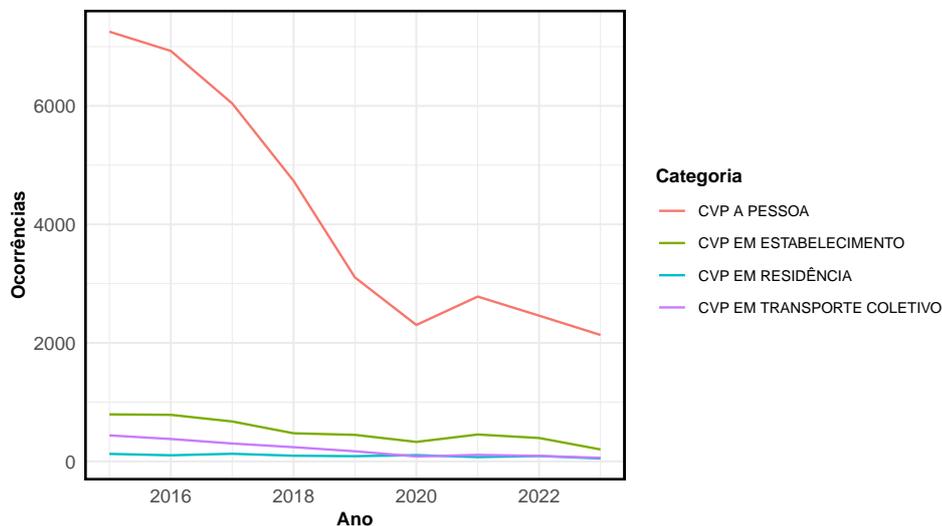
Tabela 2 – Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) - João Pessoa-PB

	Anos									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
CVP Pessoa	7253	6928	6042	4736	3105	2303	2782	2460	2134	37743
CVP Est. Comercial	794	786	674	475	448	329	454	395	202	4557
CVP Residência	127	103	129	96	88	106	73	91	49	862
CVP Transp. Coletivo	439	378	302	240	171	83	110	93	60	1876
Total	8613	8195	7147	5547	3812	2821	3419	3039	2445	45038

Notas: Os dados foram obtidos no NACE/SESDS. Esta Tabela computa os dados, por ano, das categorias de Crimes Violentos Patrimoniais (CVP).

Analisando a Tabela 2, constata-se que os dados do CVP a pessoa são o de maior incidência e representam 83,80% dos crimes violentos patrimoniais cometidos no período de 2015 a 2023, na cidade de João Pessoa, PB. Contudo, houve uma redução significativa no número absoluto total dos CVP na cidade de João Pessoa, de 8.613 (2015) para 2.445 (2023), o que representa uma diminuição das ocorrências no percentual de 71,61% no período, de acordo com a Figura 1.

Figura 1 – Crimes Violentos Patrimoniais por categoria



4.2 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Esta seção apresenta de forma resumida a estratégia empírica proposta para estimar o impacto do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) na incidência de crimes violentos contra o patrimônio (CVP). A hipótese central é a de que a presença policial nas escolas pode inibir atividades criminosas em seu entorno, resultando em uma melhoria da percepção de segurança ampliada dentro das escolas beneficiadas pelo programa e, conseqüentemente, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Um importante desafio relacionado em estimar o efeito causal do Proerd consiste em separar o efeito da criminalidade sobre escolas sob diferentes contextos e localidades. Se o Proerd foi implantado em escolas que possuem melhores infraestruturas ou áreas com baixos índices de criminalidade, então o impacto observado poderia ser atribuído às condições prévias das escolas, tais como a presença de segurança privada ou proximidade de delegacias de polícia, explicitando um problema de viés de seleção da amostra. Se, por outro lado, o Proerd é prioritariamente alocado em escolas situadas em regiões com condições socioeconômicas desfavoráveis ou com altos índices de criminalidade, então estes e outros fatores não observados contribuem para a escolha dessas escolas para participar do programa, gerando endogeneidade no modelo.

Para minimizar os problemas de estimação destacados acima, a estratégia empírica consiste em comparar a ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio dentro de um raio de influência, traçado a partir das escolas que receberam o Proerd. Com o uso de dados georreferenciados das escolas e do local de ocorrência de crimes, é possível traçar raios de 0,5km a 1km no entorno das escolas. O menor raio representa a área de influência das patrulhas Proerd nas escolas, região onde se espera que a presença policial possa afetar os indicadores de criminalidade nas vias públicas. A área limitada entre 0,5km e 1km, no entanto, corresponde a regiões próximas às escolas e que possuem características socioeconômicas semelhantes, porém distantes da área de influência das patrulhas.

A unidade principal de análise corresponde ao grid, estrutura regular de referência espacial sobre a superfície representada no mapa. Tais grids são construídos com dimensão de 500m x 500m. A vantagem espacial do uso dessa representação se dá por sua granularidade, uma vez que análises em níveis mais agregados, como bairros ou cidades, por exemplo, podem ocultar importantes padrões e diferenças espaciais em relação à dinâmica de crimes. Neste sentido, para cada grid é contabilizado o número de ocorrências registradas através da sua localização precisa, com latitude e longitude, para cada período. Portanto, grids cujos centróides estão localizados

até uma distância de 0,5km das escolas beneficiadas pelo Proerd são considerados como tratados, enquanto grids situados entre 0,5km e 1km são considerados como o grupo de comparação. Excluem-se, portanto, os demais grids distantes além de 1km, uma vez que representam áreas com diferentes características das regiões de influência. Dessa forma, é possível comparar a evolução do número de ocorrências localizadas dentro dos limites dos grids para os grupos de tratamento e controle ao longo do tempo.

Para estimar o efeito causal do Proerd sobre criminalidade no entorno das escolas, utilizamos um modelo de diferença-em-diferenças. De forma geral, a ideia básica de um modelo consiste em comparar as médias de um indicador de impacto antes e depois da intervenção, entre os grupos de tratamento e controle. No contexto do presente trabalho, os grupos de tratamento e controle são construídos com base na distância geográfica dos centróides dos grids para a escola beneficiada pelo Proerd mais próxima. A hipótese central para identificar o efeito de interesse é que, condicionado a cada período de tempo, os grids mais próximos de uma escola são comparáveis com os grids vizinhos próximos e mais distantes da área de influência. Dito de outra forma, assume-se que os grupos de tratamento e controle possuem tendências paralelas - o nível de crimes contra o patrimônio das unidades não-tratadas ao longo do tempo representa bem o comportamento do grupo de tratamento caso esse último não tenha recebido a intervenção. Portanto, espera-se que as externalidades positivas decorrentes da presença do Proerd na redução da criminalidade se concentrem exclusivamente no entorno das escolas atendidas pelo programa.

Para mensurar o efeito causal, partimos do seguinte modelo econométrico:

$$Y_{ict} = \beta_1 Proerd_{ict} + \delta_c + \delta_t + \varepsilon_{ic} \quad (4.1)$$

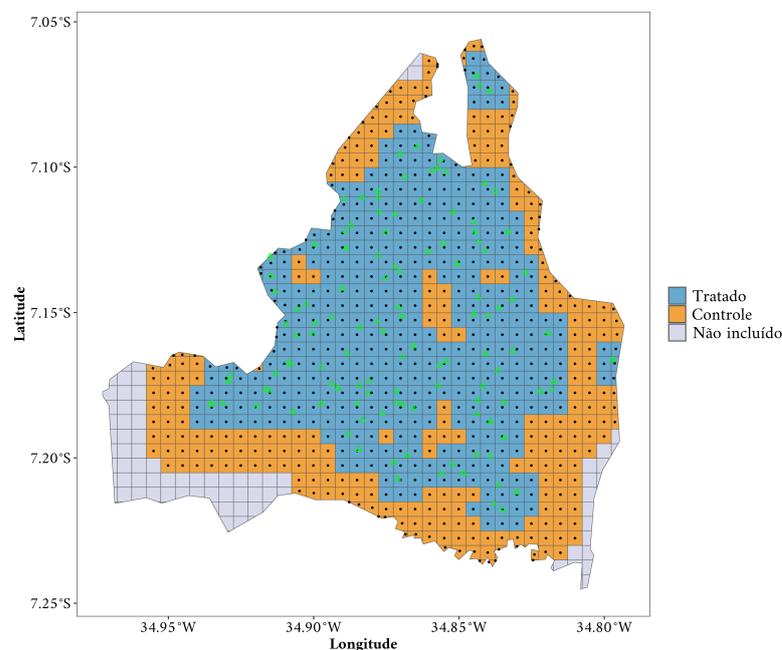
onde Y_{ict} representa o número de ocorrência de crimes no grid i , vinculado à escola c em um determinado período t . A variável $Proerd_{ict}$ é uma dummy que assume o valor 1 para os grids inseridos no raio de 0,5km a partir das escolas e 0, caso contrário.

Os termos δ_c e δ_t são os efeitos fixos de grids e de tempo, respectivamente. Os efeitos fixos são cruciais para controlar a influência de fatores não-observáveis e invariantes para cada escola e também choques ao longo do tempo distribuídos de forma homogênea para as localidades. O termo ε_{ic} representa qualquer perturbação aleatória sobre variável de interesse. O parâmetro de interesse é β_1 , o qual captura o impacto das escolas beneficiadas pela patrulha Proerd sobre a variável de interesse, captando, assim, o efeito médio do programa sobre o grupo de tratamento.

A metodologia utilizada para o tratamento dos dados consistiu na criação de um

painel anual integrando informações do Proerd com registros de crimes violentos patrimoniais (CVP). O painel foi estruturado com eventos ocorridos em um raio de 0,5 km das escolas e agrupados em áreas geográficas definidas por grids de 0,5 km x 0,5 km. Na cidade de João Pessoa, foram analisadas 783 unidades espaciais (grids), conforme ilustrado na 2, possibilitando a identificação de padrões espaciais e temporais. A agregação anual dos dados concentrou-se nos crimes ocorridos dentro do raio de interesse, considerando medições a partir do centróide de cada grid. Essa abordagem metodológica permitiu uma avaliação mais precisa do impacto do Programa Proerd sobre as taxas de criminalidade no entorno das escolas atendidas.

Figura 2 – Representação espacial de João Pessoa em grids



O grupo tratado foi composto pelos grids geograficamente situados em um raio de até 0,5 km das escolas que receberam a intervenção do programa Proerd em qualquer período analisado. O grupo de controle, por sua vez, abrange os grids localizados entre 0,5 km e 1 km das escolas tratadas. Foram excluídos da análise os grids situados a uma distância superior a 1 km, de forma a garantir a robustez da comparação e evitar interferências de áreas não impactadas diretamente pela intervenção. O período pré-intervenção foi definido com a exclusão dos grids tratados no ano de 2015, ou seja, aqueles que receberam a intervenção do Proerd ou da Patrulha Proerd. Os dados foram analisados até o ano de 2020, excluindo observações posteriores a esse período.

Na distribuição dos dados foi aplicada uma transformação logarítmica ($\log(x +$

1)) às variáveis relacionadas aos crimes violentos patrimoniais, incluindo CVP contra pessoa, estabelecimento comercial, residência e transporte público, para facilitar a interpretação dos resultados. Essa transformação reduz possíveis vieses e heterocedasticidade. A variável de tratamento contínuo foi estruturada de modo que, uma vez tratado, o grid permanece marcado como tratado (valor 1) em todos os períodos subsequentes. Adicionalmente, identifica o ano do primeiro tratamento para cada grid; caso não tenha sido tratado, o valor atribuído é 0. Após essas transformações, o painel resultante foi ajustado para análise, incorporando as variáveis em log, o tratamento contínuo e a filtragem espacial e temporal.

O modelo econométrico utilizado foi um modelo de Diferenças-em-Diferenças dinâmico, que estima o impacto do tratamento ao longo de diferentes períodos e níveis de intervenção. Este modelo permite analisar os efeitos do Proerd em diversas métricas de criminalidade, avaliando tanto a magnitude quanto o momento em que o impacto se torna mais evidente. Os resultados das estimativas dinâmicas foram armazenados em um objeto estruturado que apresenta como os efeitos do tratamento variam nos períodos pós-intervenção.

Os efeitos estimados para as variáveis de crimes violentos patrimoniais (contra pessoa, residência, estabelecimento comercial e transporte público) incluem os coeficientes de tratamento, erros padrão, intervalos de confiança e estatísticas de ajuste. Esses efeitos serão discutidos em detalhes na seção de resultados, destacando o impacto temporal e espacial do programa Proerd.

5 RESULTADOS

5.1 RESULTADOS PRINCIPAIS

Os coeficientes dos efeitos do programa Proerd sobre crimes violentos patrimoniais, por categorias específicas de crime, em áreas tratadas, são apresentados na Tabela 3. A estimativa foi conduzida utilizando um modelo econométrico, com efeitos fixos para controlar por características invariantes no espaço (grids) e no tempo (anos).

Tabela 3 – Efeitos do Proerd em João Pessoa, por categoria de CVP

	Crimes violentos patrimoniais (CVP)				
	Total	Pessoa	Residência	Est. Comercial	Transp. Público
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
ATT	-0.1629*** (0.0476)	-0.1431*** (0.0484)	-0.0141 (0.0231)	-0.0829*** (0.0367)	-0.0561 (0.0288)
Efeito Fixo Grid	✓	✓	✓	✓	✓
Efeito Fixo Ano	✓	✓	✓	✓	✓
Observações	3915	3915	3915	3915	3915
Grids	783	783	783	783	783
Transformação	log	log	log	log	log

Notas: Esta tabela apresenta os coeficientes estimados dos efeitos da atuação do Proerd sobre os crimes violentos patrimoniais (CVP). Coluna (1) relata os coeficientes estimados para o total de CVP. Coluna (2) apresenta os coeficientes estimados considerando a categoria de CVP contra pessoa. Coluna (3) mostra os coeficientes estimados para a categoria de CVP a residência. Coluna (4) apresenta os coeficientes estimados para a categoria CVP em estabelecimento comercial. Coluna (5) apresenta os coeficientes estimados para a categoria CVP em estabelecimento transporte público. A definição da amostra é descrita na Seção 4.1. Os erros padrão robustos à heterocedasticidade são agrupados no nível de categorias de CVP e são apresentados entre parênteses. Nível de significância:*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Os efeitos reais dos coeficientes foram calculados utilizando a expressão:

$$\Delta\% = (e^{\beta} - 1) \times 100 \quad (5.1)$$

A implementação do programa Proerd resultou em uma redução de 15,03% nos crimes violentos patrimoniais totais nas áreas tratadas, em comparação às áreas de controle. Esse resultado

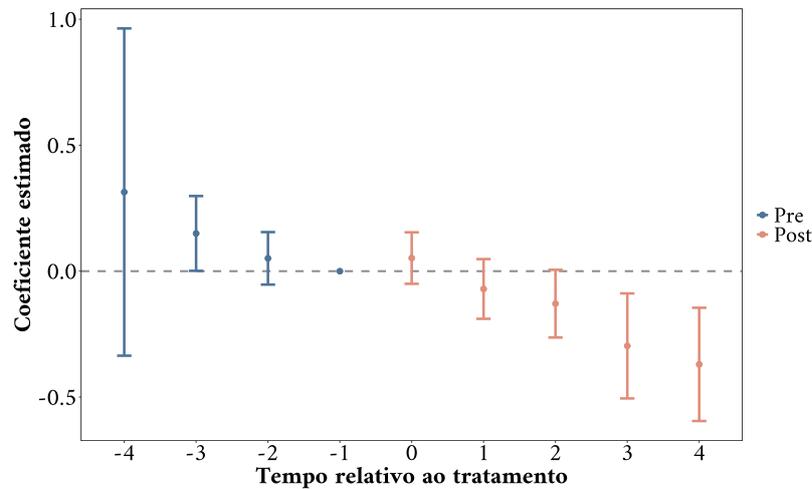
evidencia um impacto amplo, consistente e estatisticamente significativo, reforçando a eficácia do programa na mitigação da criminalidade. Esta redução pode ser comparada na literatura que analisou os impactos de programas de prevenção escolar. Estudos como os de Cipriani (2020), Oliveira *et al.* (2019), Soares (2016) e Ttofi e Farrington (2011) destacam que programas preventivos aplicados em escolas, especialmente os que envolvem sensibilização e engajamento comunitário, são capazes de reduzir significativamente os índices de criminalidade, em especial os relacionados a interações interpessoais e violência no entorno escolar.

Ao desagregar os efeitos por categoria de crimes violentos patrimoniais (CVP), observa-se que o impacto mais expressivo ocorreu nos crimes contra a pessoa, com uma redução aproximada de 13,33%. Esse resultado indica que o programa exerceu influência significativa sobre crimes associados a interações interpessoais, relacionados ao ambiente escolar e ao entorno comunitário, sugerindo que as estratégias preventivas do Proerd promovem um ambiente mais seguro e favorável para as atividades escolares, corroborado por Sloboda *et al.* (2009), que investigou o impacto do programa universal de prevenção ao abuso de substâncias em escolas, denominado *Take Charge of Your Life (TCYL)*, aplicado em áreas urbanas dos Estados Unidos.

Em contrapartida, para os crimes contra residências, a estimativa aponta um impacto mínimo e não estatisticamente significativo, com redução de apenas 1,40%. Esse efeito praticamente nulo sugere que os crimes contra residências possuem menor relação com o policiamento preventivo no entorno escolar, de acordo com os resultados de Sherman (1998), que avaliou que os crimes com a invasão de estruturas ou oportunismo, como furtos em residências, são menos relacionados a intervenções preventivas escolares e mais dependentes de fatores ambientais e socioeconômicos.

Nos crimes contra estabelecimentos comerciais, o impacto foi significativo, com uma redução de 7,96%. Embora relevante, a magnitude desse efeito foi inferior à observada nos crimes contra a pessoa e no total de CVP, indicando uma relação indireta entre a intervenção e essa categoria de crime. De forma semelhante, houve uma redução moderada de 5,46% nos crimes contra o transporte público, o que sugere um efeito menor e menos significativo, nessa modalidade de crime.

Os efeitos estimados da intervenção do Proerd sobre a variável de interesse, os crimes violentos patrimoniais totais, ao longo do tempo relativo à intervenção, abrangendo períodos pré e pós-tratamento, são os apresentados na Figura 3.

Figura 3 – Efeito do Proerd sobre crimes totais

Notas: Este gráfico ilustra os coeficientes estimados em função do tempo relativo ao tratamento, proposto por Callaway e Sant’Anna (2021), diferenciando períodos pré-tratamento (em azul) e pós-tratamento (em vermelho). Os pontos cinzas representam os coeficientes estimados, e as barras verticais indicam os intervalos de confiança de 95%.

Os coeficientes estimados antes da intervenção ($t = -4$ até $t = -1$) estão próximos de zero, com intervalos de confiança que abrangem o valor nulo. Estes coeficientes indicam que, antes da implementação do Proerd, não havia diferenças significativas entre os grupos tratado e controle no que diz respeito à variável de interesse. No período pós-tratamento, há uma redução progressiva no impacto da variável crime total. Os coeficientes $t = 3$ e $t = 4$ mostram intervalos de confiança que excluem o valor zero, sugerindo significância estatística para esses períodos. O efeito do programa é consistente ao longo do tempo, com os coeficientes negativos mais acentuados, com o impacto mais robusto, relacionado à maturação das estratégias do Proerd, ao longo do tempo.

5.2 HETEROGENEIDADE

A Tabela 4 demonstra os coeficientes dos efeitos do impacto Proerd, levando em consideração a incidência dos crimes violentos patrimoniais nos períodos diurno, noturno, em dias da semana e no final de semana. A análise de heterogeneidade revela como o impacto do Proerd varia em diferentes contextos temporais.

O programa Proerd apresentou uma redução de aproximadamente 14,15% nos crimes violentos patrimoniais durante o período diurno nas áreas tratadas. Esse resultado evidencia um

Tabela 4 – Efeitos do Proerd em João Pessoa, por período

	Crimes violentos patrimoniais (CVP)			
	Diurno	Noturno	Semana	Fim de Semana
	(1)	(2)	(3)	(4)
ATT	-0.1526*** (0.0489)	-0.1552*** (0.0476)	-0.1718*** (0.0467)	-0.1353*** (0.0459)
Efeito Fixo Grid	✓	✓	✓	✓
Efeito Fixo Ano	✓	✓	✓	✓
Observações	3915	3915	3915	3915
Grids	783	783	783	783
Transformação	log	log	log	log

Notas: Esta tabela apresenta os coeficientes estimados dos efeitos da atuação do Proerd sobre os crimes violentos patrimoniais (CVP), por períodos. Coluna (1) relata os coeficientes estimados para os CVP com incidência diurna. Coluna (2) apresenta os coeficientes estimados considerando os CVP ocorridos a noite. Coluna (3) mostra os coeficientes estimados para os CVP ocorridos durante a semana. Coluna (4) apresenta os coeficientes estimados para os CVP catalogados nos finais de semana. A definição da amostra é descrita na Seção 4.1. Os erros padrão robustos à heterocedasticidade são agrupados no nível de CVP por período e, são apresentados entre parênteses. Nível de significância:*** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.

impacto relevante do programa ao longo do dia, período caracterizado por maior movimentação no entorno escolar e maior visibilidade das medidas preventivas implementadas. No período noturno, o Proerd resultou em uma redução de 14,38% nos crimes violentos patrimoniais, um efeito ligeiramente superior ao observado no período diurno. Esse percentual demonstra a eficácia do programa mesmo em condições de menor visibilidade e maior vulnerabilidade, indicando a abrangência das ações preventivas em diferentes condições temporais.

O problema investigado é respondido pelos resultados que demonstram um efeito significativo do programa no entorno escolar. A redução no índice de criminalidade no período diurno confirma o estudo de Weisburd *et al.* (2006), que analisou programas de policiamento de proximidade e destacou que a visibilidade de ações preventivas em horários de alta circulação reduz a incidência de crimes. O impacto maior no período noturno demonstra a eficácia do programa em contextos de maior vulnerabilidade. Para Sampson e Laub (1993) as intervenções

educativas têm efeito dissuasório em momentos de menor controle social, enquanto Felson e Clarke (1998) destacam a relevância de atuar em horários críticos, como entre 18:00h e 21:00h, horário de maior incidência dos CVP, para prevenir crimes oportunistas.

Durante os dias úteis, o impacto do Proerd foi mais expressivo, com uma redução de 15,78% nos crimes violentos patrimoniais. Esse resultado pode ser atribuído à maior presença de atividades escolares e ao aumento da circulação de pessoas no entorno das escolas durante a semana, o que potencializa os efeitos das intervenções preventivas. Nos finais de semana, a redução foi de 12,65% nos crimes violentos patrimoniais, um impacto menor em relação aos dias úteis.

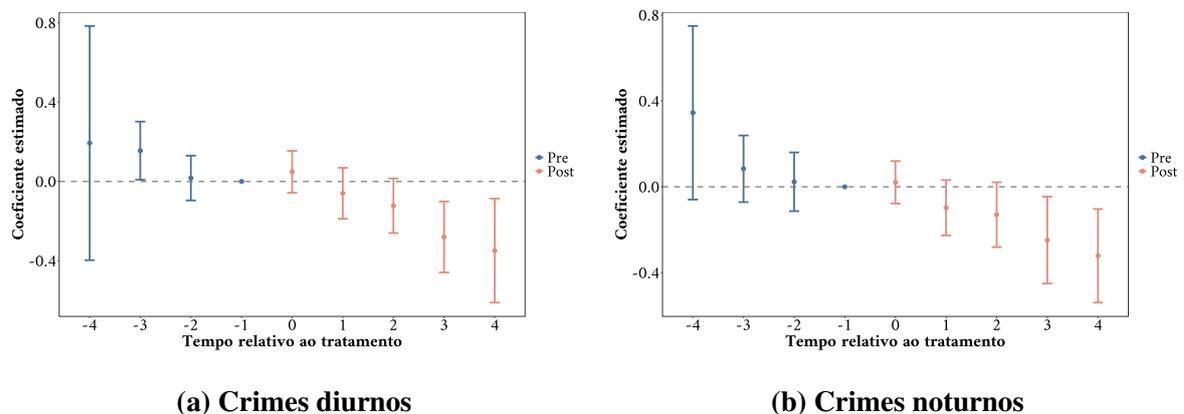
A heterogeneidade revelou que nos dias úteis, o impacto do programa foi mais expressivo. Este resultado está alinhado com as observações de MacKenzie (2006), que evidenciou que a presença de atividades estruturadas, em ambiente escolar, voltadas para os jovens, durante os dias úteis, podem aumentar a eficácia de programas preventivos. Nos finais de semana, embora o impacto tenha sido menor, ainda é estatisticamente significativo. Braga *et al.* (2017) no estudo sobre o impacto do programa *Operation Ceasefire*, destacam como a presença de estruturas institucionais, como escolas, organizações comunitárias e parcerias com a polícia, contribui para o aumento do controle social em comunidades vulneráveis. Desta forma, nos finais de semana, onde o controle social é menor, devido à redução das atividades escolares e institucionais, o efeito menos acentuado do Proerd pode ser explicado.

A hipótese central desta pesquisa, de que a presença policial nas escolas inibe atividades criminosas no entorno e amplia a percepção de segurança, é confirmada pelos resultados. A significativa redução de crimes violentos patrimoniais nos períodos diurno e noturno, com impactos ligeiramente superiores no período noturno, reforça a ideia de que o efeito da polícia estar presente, associada a atividades educativas exerce um efeito dissuasório, pois alinha-se às práticas consideradas eficazes pela pesquisa de Sherman (1998), especialmente no que diz respeito à dissuasão de comportamentos criminosos e ao fortalecimento do controle social.

Os resultados obtidos corroboram a hipótese central de que a presença policial nas escolas tem o potencial de inibir atividades criminosas em seu entorno. A análise realizada revelou que a implementação do Proerd contribuiu significativamente para a redução dos crimes violentos patrimoniais em áreas próximas às escolas participantes do programa. Essa redução, observada tanto nos períodos diurnos e noturnos, quanto nos dias úteis e no final de semana, sugere que a presença regular da Polícia, aliada as atividades educativas desenvolvidas no âmbito do programa exercem um efeito dissuasório sobre potenciais atividades delituosas.

A Figura 4 apresenta os efeitos dinâmicos do Proerd sobre os crimes violentos patrimoniais, separados pelos períodos diurno e noturno. Esses resultados são fundamentais para entender a heterogeneidade no impacto do programa em diferentes contextos temporais. Na fase pré-tratamento, em ambos os períodos, os coeficientes estimados estão próximos de zero, com intervalos de confiança abrangendo o valor nulo. Isso sugere que não há evidência estatística de diferença significativa entre o grupo tratado e o grupo de controle nesses períodos.

Figura 4 – Efeito do Proerd sobre crimes totais de acordo com o período do dia



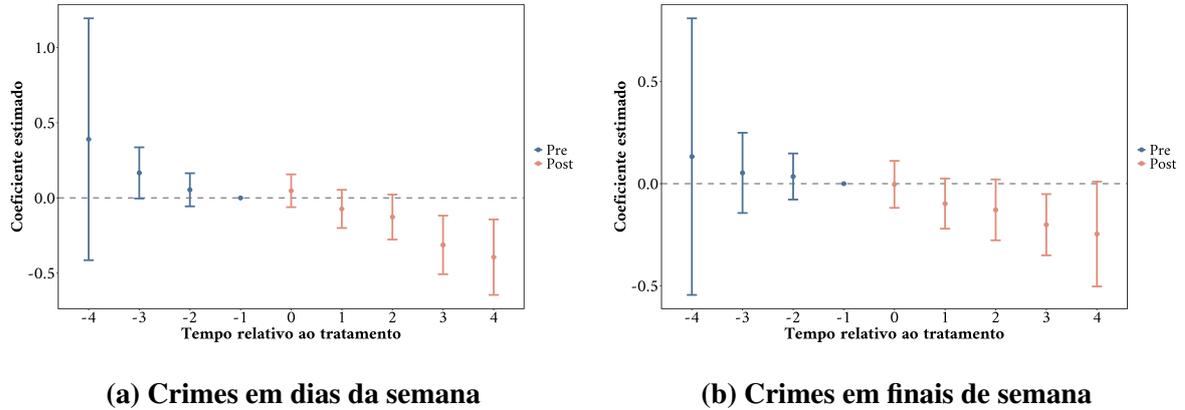
Notas: Esta figura ilustra os coeficientes estimados em função do período do dia, diurno e noturno, proposto por Callaway e Sant’Anna (2021), diferenciando períodos pré-tratamento (em azul) e pós-tratamento (em vermelho). Os pontos cinzas representam os coeficientes estimados, e as barras verticais indicam os intervalos de confiança de 95%.

Os resultados pós-intervenção ($t > 0$) revelam que no período diurno há redução gradual nos coeficientes estimados, atingindo o ponto mais baixo em $t = 3$ e $t = 4$. No período noturno, os coeficientes também apresentam uma tendência decrescente ao longo do tempo pós-tratamento. A redução é consistente e estatisticamente significativa, indicando que o programa tem impacto efetivo durante os períodos analisados.

A Figura 5 apresenta os efeitos dinâmicos do Proerd sobre os crimes violentos patrimoniais em dois períodos distintos: dias úteis (semana) e finais de semana. A análise busca identificar as diferenças na efetividade do programa em diferentes contextos temporais.

No pré-tratamento, a estimação dos efeitos do Proerd, levando em consideração a incidência dos crimes violentos patrimoniais nos dias da semana, tem coeficientes próximo de zero, e os intervalos de confiança incluem o valor nulo. Nos finais de semana, os resultados são semelhantes, com coeficientes próximos de zero. Após a intervenção da política, nos dias de semana, os coeficientes apresentam uma redução significativa e consistente, com maior impacto observado após 3 anos da intervenção. Nos finais de semana, o impacto também é significativo,

Figura 5 – Efeito do Proerd sobre crimes totais de acordo dia da semana

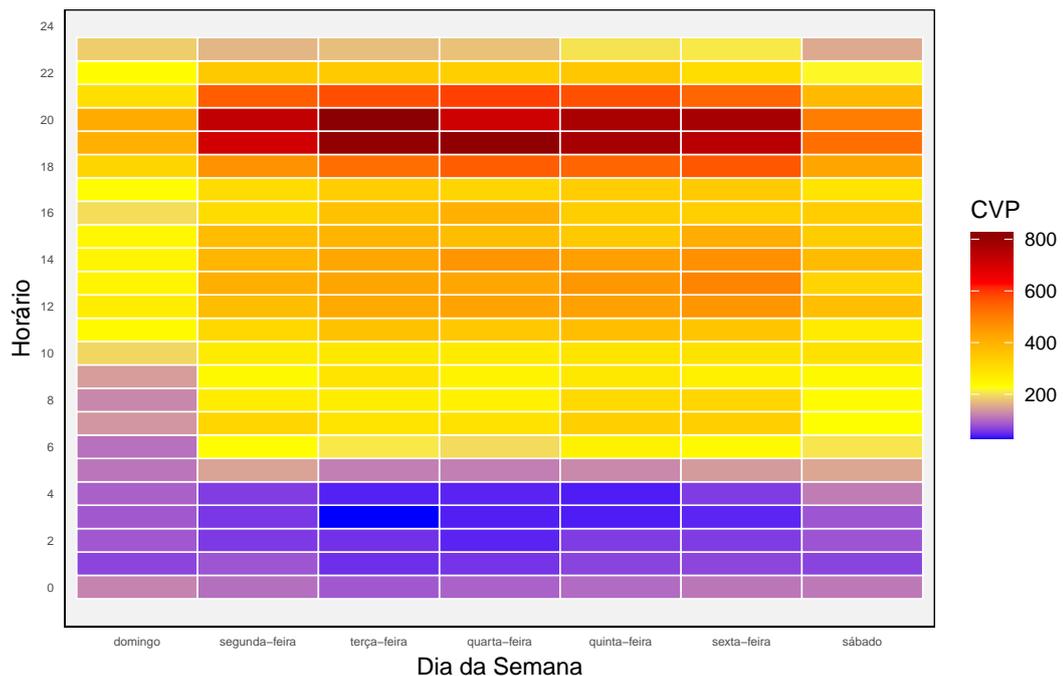


Notas: Esta figura ilustra os coeficientes estimados em função do período do dia da semana, proposto por Callaway e Sant’Anna (2021), diferenciando períodos pré-tratamento (em azul) e pós-tratamento (em vermelho). Os pontos cinzas representam os coeficientes estimados, e as barras verticais indicam os intervalos de confiança de 95%.

mas os coeficientes indicam uma redução ligeiramente menor em comparação aos dias úteis.

A redução nos crimes violentos patrimoniais nos dias úteis é mais acentuada em comparação aos finais de semana, indicando que o programa tem maior efetividade durante a semana. Isso pode ser atribuído à maior movimentação no entorno escolar, com maior presença de atividades educacionais e maior visibilidade da atuação preventiva.

Figura 6 – Incidência de CVP por períodos



A Figura 6 ilustra que os crimes na cidade de João Pessoa não se distribuem apenas de forma espacial, mas também se concentram em períodos específicos do dia. Em particular, observa-se que grande parte das ocorrências é registrada durante a noite, especialmente em dias úteis. Nesse contexto, o horário de maior incidência de CVP é identificado às 19:00h. O intervalo compreendido entre 18:00h e 21:00h constitui-se no período de maior frequência de crimes. Outro intervalo de alta relevância temporal situa-se entre 12:00h e 15:00h, próximo ao horário de almoço.

Esses períodos caracterizam-se por grande movimentação populacional, resultando em uma maior vulnerabilidade às práticas criminosas. Assim, as maiores incidências concentram-se próximas do horário do almoço e no início da noite, coincidindo com o retorno das pessoas aos seus lares após o trabalho, estendendo-se até o período noturno.

Nos finais de semana, que abrangem sábado e domingo, a frequência de CVP é consideravelmente inferior em comparação aos dias úteis, demonstrando uma dinâmica temporal distinta para esses períodos. Por fim, a madrugada apresenta a menor incidência de crimes em todos os dias da semana, evidenciando uma relação direta entre o fluxo de pessoas e a ocorrência de CVP.

Os impactos do Proerd na melhoria da percepção de segurança ampliada podem ser interpretados à luz das teorias do controle social, defendido por Hirschi (2017), onde argumenta que o fortalecimento dos vínculos sociais pode prevenir comportamentos criminosos e delinquentes e, da prevenção situacional do crime, que segundo Clarke (2017) é uma estratégia prática para reduzir oportunidades de crime por meio de intervenções ambientais. A presença policial regular nas escolas e a promoção de uma cultura de prevenção e cidadania entre os estudantes fortalecem os laços comunitários e o senso de responsabilidade coletiva, elementos fundamentais para a redução do sentimento de insegurança.

Portanto, os resultados da pesquisa não apenas validam a hipótese central, mas também destacam o Proerd como uma intervenção eficaz para promover segurança pública e fortalecer a relação entre as instituições escolares e as forças de segurança, impactando positivamente o ambiente escolar e comunitário. A pesquisa sugere a importância de intervenções preventivas no fortalecimento da segurança local, e oferecem subsídios para a ampliação e aperfeiçoamento do programa em contextos similares.

6 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo avaliar o impacto do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) nas escolas da cidade de João Pessoa, PB, no período de 2015 a 2020. A pesquisa investigou, como as atividades do programa, baseadas em intervenções educativas e na presença policial, influenciaram a redução dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) nas áreas próximas às escolas tratadas.

Os resultados apresentados indicam efeitos positivos e significativos, reforçando a relevância de programas preventivos na promoção da segurança pública. A pesquisa apontou uma redução média de 15,03% nos CVP totais nas áreas tratadas pelo Proerd em relação às áreas de controle. Essa redução reflete o impacto preventivo da presença policial e das intervenções educativas, que, segundo as teorias da prevenção situacional do crime (Clarke, 2017) e do controle social informal (Hirschi, 2017), podem inibir comportamentos criminosos ao alterar o ambiente e fortalecer os laços comunitários.

A análise temporal dos resultados revelou que o Proerd apresentou efeitos mais acentuados durante os dias úteis (15,78%) e nos períodos noturnos (14,38%). Esses índices corroboram estudos como os de Felson e Clarke (1998), que destacam a importância de intervenções em horários críticos para prevenir crimes oportunistas, e de Sampson e Laub (1993), que evidenciam a relevância de estratégias de controle social em contextos de maior vulnerabilidade. Em contrapartida, nos finais de semana, a redução foi menor (12,65%), possivelmente devido à menor atividade escolar e ao enfraquecimento do controle social informal, como apontado por Braga *et al.* (2017).

A análise por categoria de CVP infere que o programa teve maior impacto nos crimes contra a pessoa (13,33%) e nos crimes contra estabelecimentos comerciais (7,96%). Em contrapartida, os crimes contra residências apresentaram efeitos não significativos, sugerindo que fatores estruturais e contextuais podem desempenhar um papel mais relevante nessa categoria. Esses resultados refletem a capacidade do Proerd de influenciar crimes oportunistas que ocorrem no entorno imediato das escolas, alinhando-se aos princípios da prevenção situacional.

A pesquisa reforça as evidências empíricas de que programas de policiamento comunitário e prevenção escolar podem gerar impactos positivos na redução da criminalidade local. Estudos como os de Sherman (1998) e Weisburd *et al.* (2006) indicaram que a alocação estratégica de recursos policiais pode modificar padrões criminais, enquanto MacKenzie (2006) destacou a eficácia de programas educacionais na transformação de comportamentos e atitudes

em longo prazo. O Proerd, ao combinar elementos educativos e preventivos, demonstra potencial para integrar políticas de segurança pública e educação, promovendo benefícios amplos para a comunidade escolar e seu entorno.

Contudo, embora os resultados sejam promissores, a pesquisa apresentou algumas limitações. Fatores como características socioeconômicas e culturais das áreas tratadas não foram explorados em profundidade, o que pode influenciar os efeitos observados. Estudos futuros podem ampliar a análise nesse sentido, e incorporar variáveis contextuais para uma compreensão mais abrangente.

Esta pesquisa contribui para o campo da criminologia e da segurança pública ao evidenciar o impacto positivo de programas como o Proerd na redução da criminalidade. Em termos práticos, os resultados reforçam a necessidade de expansão e fortalecimento de programas preventivos em escolas, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social.

A avaliação de impacto do Proerd sugere que a simples presença da Polícia parece ter efeito sobre o comportamento do criminoso, indicando que políticas públicas bem planejadas, executadas e avaliadas podem gerar resultados significativos na prevenção ao crime. O programa reforça a necessidade de intervenções contínuas, baseadas em evidências, e destaca o valor de parcerias intersetoriais para alcançar resultados mais amplos e duradouros. Além disso, destaca-se que o sucesso de programas como o Proerd depende de um compromisso contínuo entre as forças de segurança, o sistema educacional e a sociedade. A pesquisa confirma a relevância de abordagens preventivas no combate à criminalidade. Esses aprendizados podem ser aplicados a outras iniciativas preventivas, ajudando a construir uma sociedade mais segura.

REFERÊNCIAS

- AIZER, A. **Neighborhood violence and urban youth**. [S.l.], 2008.
- ALMEIDA, B. C.; PAULA, S. L. d. O papel da avaliação de políticas públicas no contexto dos governos locais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014.
- ANJOS, D. Araújo dos; VIEIRA, M. A.; ALMEIDA, F. M. de. Análise dos fatores determinantes da segurança pública nos municípios de minas gerais. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, 2017.
- BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. **The economic dimensions of crime/Springer**, 1968.
- BRAGA, A. A.; KENNEDY, D. M.; WARING, E. J.; PIEHL, A. M. Problem-oriented policing, deterrence, and youth violence: An evaluation of boston’s operation ceasefire. In: **Gangs**. [S.l.]: Routledge, 2017. p. 513–543.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. 1993.
- BRASIL. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**. 2007.
- BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem**. 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024**. 2023.
- BRASIL, M. d. J. **Projeto Juventude e Prevenção da Violência: Eixo 2 – Sistematização de experiências de prevenção à violência entre jovens**. 2010.
- CALLAWAY, B.; SANT’ANNA, P. H. Difference-in-differences with multiple time periods. **Journal of econometrics**, Elsevier, v. 225, n. 2, p. 200–230, 2021.
- CARRERA-FERNANDEZ, J.; MALDONADO, G. E. C. A economia do narcotráfico: uma abordagem a partir da experiência boliviana. **Nova Economia**, Economics Department, Universidade Federal de Minas Gerais (Brazil), v. 9, n. 2, p. 137–173, 1999.
- CERQUEIRA, D. R. d. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. [S.l.]: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.
- CIPRIANI, T. A. Práticas educativas e direitos humanos: Da legalidade do programa educacional de resistência às drogas e à violência - proerd. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, n. 05, p. 141–154, maio 2020. ISSN 2448-0959.
- CLARKE, R. V. “situational” crime prevention: Theory and practice. In: **Crime Opportunity Theories**. [S.l.]: Routledge, 2017. p. 471–482.
- ERVILHA, G. T.; LIMA, J. E. D. Um método econométrico na identificação dos determinantes da criminalidade municipal: a aplicação em minas gerais, brasil (2000-2014). **Economía, sociedad y territorio**, El Colegio Mexiquense AC, v. 19, n. 59, p. 1059–1086, 2019.

FELSON, M.; CLARKE, R. V. Opportunity makes the thief: practical theory for crime prevention. **Crime**, Home Office Research, Development and Statistics Directorate, 1998.

FERNANDES, M. M. **Crime contra o patrimônio e a relação com as drogas**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/5733>. Acesso em: 09 set. 2024. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/5733>>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: [s.n.], 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>.

GOMES, C. A. N.; SANTOS, M. P. M. dos. A violência nas escolas—um panorama atual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 5967–5979, 2023.

HIRSCHI, T. **Causes of delinquency**. [S.l.]: Routledge, 2017.

JÚNIOR, A. B.; JACOB, A. Análise sobre o garantismo penal e a criminalidade no Brasil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 6, n. 1, 2024.

KOPPENSTEINER, M. F.; MENEZES, L. Violence and human capital investments. **Journal of Labor Economics**, The University of Chicago Press Chicago, IL, v. 39, n. 3, p. 787–823, 2021.

LOPES, A. N. F.; CORDEIRO, L. M. C.; REZENDE, L. P. F. de. Uma análise teórica e empírica sobre o comportamento dos crimes patrimoniais no estado de Minas Gerais no período de 2000 a 2015. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 14, n. 4, p. 714–747, 2020.

MACKENZIE, D. L. **What works in corrections: reducing the criminal activities of offenders and delinquents**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2006.

MAGALHÃES, B. R.; SABATINE, T. T. Segurança pública e saúde: a prevenção como desafio para a atuação sobre as violências e acidentes. In: **Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MONTEIRO, J.; ROCHA, R. Drug battles and school achievement: evidence from Rio de Janeiro's favelas. **Review of Economics and Statistics**, MIT Press One Rogers Street, Cambridge, MA 02142-1209, USA journals-info . . . , v. 99, n. 2, p. 213–228, 2017.

MONTENEGRO, M. E.; BARBOSA, J. C.; PEREIRA, R. T.; GONÇALVES, F. L.; SALVIANO, A. R. M. A violência escolar: diagnóstico e propostas de solução. **ICPD**, 2021.

MORAIS, H. C. A.; CHAVES, A. B. P.; NASCIMENTO, R. G. do. Políticas públicas de prevenção à criminalidade: o programa escola da vida do corpo de bombeiros militar do Pará / public policies for the prevention of criminality: the school of life program of the military fire brigade of Pará. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 47385–47399, 2020.

OLIVEIRA, E. F. de. A importância do programa Proerd em escolas públicas de Sinop, Mato Grosso a partir do olhar dos professores. **Eventos Pedagógicos**, v. 9, n. 1, p. 80–96, 2018.

OLIVEIRA, P. R. D.; NETO, V. S. D. S.; BELCHIOR, S. M. S. D.; PIRES, M. J. S. D. B.; BELCHIOR, V. C. S. D. A contribuição do Proerd no ensino regular: Construção da cidadania. **Caderno Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 4, p. 13–13, 2019.

PARAÍBA. **Resolução nº 005/2015-GCG. Institui e regula a Ronda Proerd no âmbito da Polícia Militar do Estado da Paraíba**. 2015. Gabinete do Comandante Geral da PMPB. GCG (PMPB).

Paraíba. **Decreto Estadual nº 39.342, de 07 de agosto de 2019. Institui o Grupamento Especializado em Ações Preventivas (GESAP), no âmbito da Polícia Militar do Estado da Paraíba.** 2019. Diário Oficial do Estado nº 16.926, p. 2. Publicado em 07 de agosto de 2019.

PARAÍBA. **Relatório situacional do Proerd.** 2023. Coordenadoria de Combate e Resistência às Drogas e à Violência. EM/4 (PMPB).

PESSI, D.; GIARDIN, L. **Bandidolatria e demicídio: ensaios sobre garantismo penal e a criminalidade no Brasil.** 4. ed. Campinas: Vide Editorial, 2023.

PROCÓPIO, D. P.; TOYOSHIMA, S. H. Fatores associados à criminalidade violenta no Brasil. **Análise Econômica**, v. 35, 2017.

RATEKE, D. **A escola pública eo Proerd: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências.** Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação . . . , 2006.

ROLIM, M.; HERMANN, D.; OLIVEIRA, C. L. O proerd funciona? notas a partir de estudo quase-experimental. **Ciências Sociais Unisinos**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 56, n. 3, p. 381–390, 2020.

SAMPSON, R. J.; LAUB, J. H. Crime in the making: Pathways and turning points through life. **Crime & Delinquency**, SAGE PERIODICALS PRESS, v. 39, n. 3, p. 396–396, 1993.

SANCHEZ, Z. M.; VALENTE, J. Y.; GUSMÕES, J. D.; FERREIRA-JUNIOR, V.; CAETANO, S. C.; COGO-MOREIRA, H.; ANDREONI, S. Effectiveness of a school-based substance use prevention program taught by police officers in Brazil: Two cluster randomized controlled trials of the proerd. **International Journal of Drug Policy**, Elsevier, v. 98, p. 103413, 2021.

SANTOS, D. O. d.; SOUZA, J. C. S. d. Educação como prevenção à violência. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 22, junho 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/22/educacao-como-prevencao-a-violencia>>.

SANTOS, L. R. dos. O papel do proerd na eficácia das políticas de segurança pública: reflexões sobre intervenções sociais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 2, p. 428–436, 2022.

SHERMAN, L. W. Preventing crime: What works, what doesn't, what's promising. US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of . . . , 1998.

SILVA, E. H. B. d.; NEGREIROS, F. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicopedagogia**, Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 37, n. 114, p. 327–340, 2020.

SILVA, P. R. da. A violência nas escolas, a responsabilidade da família e as ações desenvolvidas pelo batalhão de patrulha escolar comunitária no estado do Paraná: uma revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 10, p. 23845–23865, 2023.

SLOBODA, Z.; STEPHENS, R. C.; STEPHENS, P. C.; GREY, S. F.; TEASDALE, B.; HAWTHORNE, R. D.; WILLIAMS, J.; MARQUETTE, J. F. The adolescent substance abuse prevention study: A randomized field trial of a universal substance abuse prevention program. **Drug and alcohol dependence**, Elsevier, v. 102, n. 1-3, p. 1–10, 2009.

SOARES, H. R.; SCHMIDT, J. de B.; MORAES, J. de. Juventude e criminalidade no contexto de inserção social. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, p. 13–42, 2023.

SOARES, M. Proerd: A construção do conhecimento e a tomada de decisão como uma estratégia didático-pedagógica. **Dialogia**, p. 125–136, 2016.

TEIXEIRA, E. C.; KASSOUF, A. L. Impacto da violência nas escolas paulistas sobre o desempenho acadêmico dos alunos. **Economia Aplicada**, SciELO Brasil, v. 19, p. 221–240, 2015.

TTOFI, M. M.; FARRINGTON, D. P. Effectiveness of school-based programs to reduce bullying: A systematic and meta-analytic review. **Journal of experimental criminology**, Springer, v. 7, p. 27–56, 2011.

United Nations Office on Drugs and Crime, UNODC. **Global Study on Homicide, 2023**. 2023. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf>.

WEISBURD, D.; WYCKOFF, L. A.; READY, J.; ECK, J. E.; HINKLE, J. C.; GAJEWSKI, F. Does crime just move around the corner? a controlled study of spatial displacement and diffusion of crime control benefits. **Criminology**, Wiley Online Library, v. 44, n. 3, p. 549–592, 2006.